
O significado da palavra eutanásia

O termo eutanásia significa etimologicamente boa (eu) morte (thanatos). Uma boa morte é naturalmente desejável, e para a atingir têm-se proposto vários modos. Actualmente, o termo tem outro significado mais restrito. Com variantes, significa a morte de um doente provocada por profissional de saúde, geralmente um médico, com o objectivo de responder ao sofrimento causado por uma doença. A partir daqui há variações aceites por uns e rejeitadas por outros. As situações a que se aplica a palavra também não são consensuais. Assim, termos como eutanásia activa, passiva, voluntária, involuntária e não voluntária são aceites ou rejeitados de acordo com o ponto de vista de cada um ou de cada corrente do pensamento. Há, portanto, um desvio arbitrário do significado etimológico da palavra.

O objectivo de uma boa morte é legítimo? Claro que é. É provavelmente um desejo de todos. Neste sentido, a eutanásia é desejável, é um bem em si mesma. No entanto, o significado do termo eutanásia foi desvirtuado e aplicado apenas a algumas formas de suposta boa morte. Essa apropriação do termo para indicar apenas certas formas de morte é a meu ver ilegítima e é relativamente recente.

O imperador romano Augusto conhecia e usava o termo a que dava o sentido de morte tranquila, sem sofrimento. O historiador romano Suetónio descreveu a morte de Augusto “A morte que o destino lhe concedeu foi suave, tal qual sempre desejara: pois, todas as vezes que ouvia dizer que alguém morrera logo e sem padecimentos, almejava para si e para os seus igual eutanásia (conforme a palavra que costumava empregar)” [1].

Em 1826 o Dr. Carl Friedrich Heinrich Marx, professor da universidade de Gottingen, na sua tese, *De Euthanasia Medica*, escreveu: “É essa ciência, chamada eutanásia, que controla os factos opressores das doenças, alivia a dor, e torna a hora suprema e inescapável mais pacífica...” e que o dever sagrado do médico era “deixar descansar em paz uma vida que já não pode salvar” podendo

para isso chegar-se a uma altura em que os moribundos têm um direito a “serem privados de toda a consciência”, mas não deve ao médico “ser permitido, motivado quer pelo pedidos de outros ou pelo seu próprio sentido de misericórdia, terminar a condição lamentável do doente por intencional e deliberadamente abreviar a vida” [2]. Aqui falava-se da boa morte e não na morte provocada pelos profissionais de saúde. Fala-se da eutanásia com o sentido que damos hoje aos cuidados paliativos. Fala-se da morte pacífica com o auxílio dos médicos que tentavam controlar os problemas dos doentes, podendo em alguns casos recorrer à sedação. Foi no sentido da morte tranquila que até ao fim do século XIX o termo foi usado.

Muitas pessoas que se opõem à eutanásia, aceitam apenas como sendo eutanásia a eutanásia voluntária, isto é, a eutanásia praticada a pedido do doente e através de uma acção médica. A meu ver esta posição não é coerente, porque ao rejeitarem a aplicação do termo eutanásia a outras formas estão de certo modo a legitimar esta forma.

O termo eutanásia passiva refere-se geralmente à atitude de não intervir no decurso natural de uma doença grave na fase final da sua evolução em que é irreversível e o objectivo é a qualidade de vida ou o conforto. Interrompem-se ou não se iniciam medidas que se usam em situações potencialmente reversíveis, como antibióticos, soros, transfusões ou alimentação artificial, que nesta fase não são, em geral, úteis para alcançar o objectivo indicado atrás. Nestas situações, não iniciar ou interromper medidas como as indicadas atrás não tem, em princípio, influência na sobrevivência nem no bem-estar dos doentes. Pelo contrário, podem perturbar a tranquilidade de um doente que está a morrer. É importante perceber que mesmo que se possa admitir que o tempo em que algumas funções, como a respiração e o batimento cardíaco, sejam um pouco mais prolongadas, o que se está a prolongar é o processo de morte sem benefício para o doente. A abstenção ou suspensão de intervenções como as indicadas atrás, nesta fase, é de facto uma forma de proporcionar uma boa morte, logo eutanásia no sentido etimológico.

O termo eutanásia tem sido também aplicado a situações em que o doente não pode consentir por estar cognitivamente incompetente – eutanásia não-voluntária – e em doentes cognitivamente competentes sem que tenha sido conhecida a sua vontade – eutanásia involuntária. No caso da eutanásia involuntária há um desrespeito óbvio pela vontade do doente.

Há também a questão da eutanásia nas crianças. Geralmente, os defensores da eutanásia omitem esta questão e, mesmo a legislação de países em que a eutanásia é legal, introduziu-se esta possibilidade mais tarde [3].

Portanto, eutanásia significa boa morte e o significado desta palavra foi modificado a partir de finais do século XIX, passando a referir-se à prática de matar uma pessoa com uma doença avançada que esteja declarada ou presumivelmente em sofrimento. Quero explicar porque digo isto: os vários termos que se usam como eutanásia voluntária e não-voluntária implicam um sofrimento declarado (voluntária) ou presumido (não-voluntária). Excluo desta discussão a eutanásia involuntária em que uma pessoa consciente é morta sem que se pronuncie sobre isso, pelo que deverá ser, portanto, considerada um crime, mesmo pelos apoiantes da eutanásia no sentido actual. A base que é invocada para a justificação da eutanásia é o respeito pela autonomia de um doente com um sofrimento intolerável. Esta justificação nega esta prática a doentes em sofrimento que não possam exprimir a sua vontade porque as suas capacidades mentais estão definitivamente comprometidas. Mas se a eutanásia pretende que a morte seja tranquila, nestes doentes não se poderia justificar com base no princípio da beneficência? O mesmo se aplica às crianças.

Podemos não ficar por aqui. Há ainda a questão de se considerar a eutanásia apenas nos doentes com doenças avançadas na fase final. Mas, os pedidos de eutanásia resultam sobretudo do sofrimento psicológico, pelo que limitar a prática aos doentes com doenças físicas terminais é uma arbitrariedade. Porque não acolher, também, os pedidos de outras pessoas, como doentes mentais, pessoas cansadas de viver por idade avançada, deterioração física, solidão ou dependência. E

porque não incluir pessoas com doenças crónicas de evolução arrastada que não estando em fase terminal envolvem dependência e sofrimento, tal como a esclerose múltipla, o enfisema avançado e outras. Pelo facto de estas pessoas não irem morrer a curto prazo e poderem ter anos de sofrimento pela frente, deveria ser, segundo algumas opiniões, uma razão a favor de obterem mais suporte da parte da sociedade para a eutanásia e não menos.

O meu ponto é que, a aceitar-se a eutanásia no sentido actual, limitá-la aos doentes que possam consentir não me parece consistente. É, de facto, arbitrária. Mas uma vez aberta a possibilidade da prática da eutanásia segundo o significado actual, lentamente a sua aplicação se alargará.

Não será mais possível usar a palavra eutanásia no sentido original e, por isso, recentemente procura-se introduzir o termo ortotanásia, significando a morte correcta. Numa pesquisa rápida que fiz no Google e na Pubmed encontrei quase exclusivamente artigos brasileiros. Na literatura anglo-saxónica não encontrei nada, pelo que, a haver alguma coisa, será residual. É um termo introduzido artificialmente que não sei se terá futuro. É pena não se poder usar a palavra eutanásia no seu verdadeiro sentido.

Referências

1. Suetónio. A vida dos doze Césares. Edições do Senado Federal – Vol. 171. Brasília – 2012. Pág 103.
2. Cane W. “Medical euthanasia”; a paper published in Latin in 1826, translated and reintroduced to the medical profession. J Hist Med Allied Sci. 1952;7(4):401–416.
3. Dan B, Fonteyne C, de Cléty SC. Self-requested euthanasia for children in Belgium Lancet. 2014;383:671-672.